



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Capital Financeiro e Financeirização – resgate das chaves heurísticas para análise da contemporaneidade.			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Rodrigo Marcelino da Silva	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Esta breve reflexão consiste em um resgate das contribuições dos clássicos da tradição marxista para a análise dos fenômenos em curso no capitalismo contemporâneo. Por meio da revisão bibliográfica de algumas obras centrais de Marx e Lênin, tenciona identificar categorias não apenas ainda pertinentes, mas seminais para o estudo da fase em que o modo de produção capitalista ingressou no último quarto do século XX e ainda em vigor, qual seja, a financeirização. Esta, segundo a hipótese sustentada, constitui etapa particular do imperialismo, em que a hipertrofia das atividades strictu senso financeiras só pode ser apreendida em sua totalidade se não for capturada de forma fragmentada, ou seja, a análise deve transcender aspectos fenomênicos em que, apenas na aparência, o dinheiro adquire a capacidade de gerar mais dinheiro, sem os vínculos imprescindíveis com a produção material. Nesse sentido, nessa terceira etapa do imperialismo – que nasce e se perpetua em uma onda longa com tonalidade recessiva –, a unidade entre as formas capital produtivo, capital comercial e capital portador de juros e capital fictício (e suas diversas manifestações), só pode ser assegurada pela fusão dessas formas particulares sob o capital financeiro, tal qual entendido por Lênin. Ainda que não pretenda sustentar que se trata de idêntica manifestação do capital financeiro tal qual capturado pelo autor de O Estado e a revolução, a financeirização não rompe com as determinações capturadas pelo líder bolchevique no início do século passado, mas as eleva a um patamar muito superior.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Capital financeiro, capital portador de juros, financeirização.			
ABSTRACT			
<p>This work is a rescue of the contributions of classical Marxist tradition in order to shed light on the phenomena taking place in contemporary capitalism. Through literature review of selected works of Marx, Lenin, , it is proposed to identify the categories still relevant to analyse the stage which the capitalist mode of production joined in the last 30 years, financialization. Our hypothesis is that financialization is a particular stage of imperialism and that the hypertrophy observed in the financial sphere in contemporary in times can only be grasped in it sentirety if not caught in a fragmented way, i.e., without being analysed in its links with material production. Accordingly, this third stage of imperialism - which begins and is perpetuated in along wave with recessive hue - the unity between the forms of productive capital, commercial capital and interest-bearing capital and fictitious capital (and its various manifestations) can only be assured by the merging of these particular forms in the financial capital, as is understood by Lenin. While not wishing to argue that it is identical manifestation of financial capital as is captured by the author of The State and Revolution, financialization does not break the determination captured by Bolshevik leader at the beginning of last century, but rises to a level much higher .</p>			
KEYWORDS			
Financial capital, interest-bearing capital, financialization.			

I. Apresentação

Em linhas gerais, esta reflexão reafirma a pertinência de algumas das principais contribuições de Lênin (1987), em seu rigoroso exame sobre o imperialismo, publicado originalmente em 1916, para a apreensão dos fenômenos em curso na fase atual de desenvolvimento capitalista, iniciada no último quarto do século XX e denominada por alguns como *financeirização*¹.

Mais especificamente, interessa demonstrar a incontornável relevância da categoria *capital financeiro* – em consonância com as indicações de Marx no Livro III de *O capital* e mesmo como desenvolvimento das categorias *capital portador de juros*, *capital fictício* e as breves indicações sobre o desenvolvimento da *sociedade por ações* – para desvelar os vínculos entre as operações financeiras e o processo de produção e apropriação de valor e mais valor.

De acordo com a hipótese aqui sustentada, no sentido conferido por Lênin ao *capital financeiro* tem-se a ancoragem analítica fundamental para recuperar a dimensão da totalidade, refutar perspectivas que conferem autonomia às operações estritamente financeiras, além de apreender as tensões e contradições impostas pela *financeirização* para a reprodução do modo de produção capitalista.

É pertinente observar que, conquanto defenda-se que esse aporte componha o arsenal estratégico para quem se lança à tarefa de capturar processos da atualidade, não se trata da defesa de axiomas ou da afirmação dogmática de que a obra do revolucionário russo consista no vaticínio derradeiro que encerra quaisquer outras contribuições. Para quem professa acriticamente tal credo² ou para aqueles que, na ânsia de desqualificar aquelas análises, afirmam-nas inaptas e desconsideram o conjunto dos instrumentos categoriais forjados por Lênin, vale sempre lembrar e reivindicar assertiva lukacsiana de que *a ortodoxia em matéria de marxismo, refere-se [...] exclusivamente ao método* (LUKÁCS, 1981, p. 60).

Não se trata, portanto, de transportar para o século XXI as categorias descobertas ou amadurecidas pelo militante russo. Destaca-se que, assim como a utilização do método marxiano possibilitou a Lênin aprofundar a compreensão de processos em curso em seu tempo histórico, e que não poderiam, por razões objetivas, ter sido descobertos por Marx, o mesmo método,

¹ C.f.: Netto e Braz, 2007; Granemann, 2006 e 2010; Brettas, 2010; e Silva, 2011.

² Não são poucos os que reivindicam o legado de Marx, Engels ou Lênin como sendo o norte de suas análises sobre a realidade, se apropriando das teses desses autores de forma quase religiosa. Em nome dessa perspectiva e postulando uma pseudo-ortodoxia, muito já se afirmou. A defesa quase que dogmática de pontos que os próprios sabiam serem “dados” é tomada como critério de fidelidade a essa tradição. Contudo, um olhar um pouco mais arguto permite identificar que, em não raras ocasiões, pouco se mantém de fidedignidade à dialética tal qual postulada pelos fundadores da crítica à Economia Política.

potencializado pela incorporação das contribuições do dirigente bolchevique, segue vital para reprodução do real no plano da análise.

O caminho percorrido pelo presente trabalho parte da retomada de categorias desenvolvidas por Marx no Livro III de *O capital*, buscando o suporte teórico para o início da análise. Em uma segunda etapa, resgata as contribuições centrais de Lênin – e de alguns de seus argutos leitores – para o estudo do imperialismo, sinalizando como permanecem atuais e necessárias para a compreensão do presente. Finalmente, aponta algumas características da *financeirização* que a situam no campo do desenvolvimento, e não da ruptura, do *capital financeiro*.

Por fim, é mister assinalar que a presente reflexão não tenciona esgotar o debate proposto. Ambiciona, tão somente, contribuir com um esforço analítico que é coletivo e extrapola seus limites, defendendo uma hipótese de percurso investigativo.

II. Capital portador de juros e capital fictício: precisando as categorias marxianas

Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche-capital está acabada. Em D-D' temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada...

Karl Marx e Frederich Engels

Em *O capital: crítica da economia política*, Karl Marx sistematizou os resultados de uma longa trajetória de estudos e pesquisas que expressam a chegada do revolucionário germânico ao ponto mais elevado de sua maturidade intelectual. Obra tão vasta quanto densa, *O capital* consiste em uma referência inescapável para a apreensão da lógica capitalista, mesmo quase 150 anos depois de sua publicação.

Essa afirmação não decorre do fato do pensador renano ter sido agraciado com qualquer tipo epifania ou mesmo em razão da relação social capital ter-se mantido estática nesse interim. Para além das categorias seminais ali registradas, a genialidade da obra em questão reside na sua capacidade de capturar, por intermédio do método, as determinações fundamentais que orientam a existência e reprodução capitalista e que, portanto, permitem apreender as tendências de desenvolvimento da sociedade produtora de mercadorias.

Dividido em três Livros, *O capital* não pode ser reduzido a nenhuma de suas partes, sob pena de que essa fragmentação obstaculize a compreensão do real. Ainda que Marx não tenha editado todos os tomos³, seus rascunhos, os apontamentos do caminho que pretendia seguir, bem

³ Marx faleceu em março de 1883. Vinte anos antes de sua morte viu publicado apenas o Livro I de *O capital*, que versa sobre o *processo de produção do capital*. O Livro II, editado por Engels, remete-se à análise acerca do *processo de circulação do capital*, enquanto o Livro III se ocupa do *processo global de produção capitalista*.

como o esforço de Engels na organização do restante do material foram exitosos ao assegurar o máximo de fidelidade possível ao projeto do autor.

As questões tratadas daqui por diante não pretendem suprimir as reflexões dos Livros I e II. Pelo contrário, parte-se do entendimento de que, no Livro III, as categorias encontram-se em seu estágio mais saturado de determinações, o que supõe o desenvolvimento, mas também os nexos com o restante da obra. Isso torna desnecessário o esmero no trato dos Livros precedentes? Entende-se aqui que não. Somente é possível avançar na apreensão das categorias trabalhadas no Livro III se os alicerces estiverem fundamentados em seus antecessores.

Nas seções IV e V⁴, o autor fornece a base para análise dos processos contemporâneos, assim como desmascara (mais uma vez) o fetiche característico da sociabilidade burguesa – que obscurece as relações humanas, apresentando-as como relação entre coisas.

Marx dedica-se ao escrutínio do *capital comercial* na seção IV. O objetivo é evidenciar a relação das formas particulares que ele assume no capitalismo – a saber: *capital comércio de mercadorias* e o *capital comércio de dinheiro* – com o conjunto do modo de produção. Embora antecedam às relações capitalistas, mercadoria e dinheiro são a elas submetidos, passando a responder às demandas de ampliação da valorização e agilização do ciclo do capital.

A realização do desse ciclo, que pode ser resumido aqui em D-M-P...M'-D'⁵, consome tempo do capitalista que depende da recomposição de uma dada magnitude do dinheiro para acionar novamente o processo de produção. A alternativa a isso é que o burguês reserve parte do capital original para, depois de comprometer uma fração com o acionamento do ciclo, ainda conte com recursos para acioná-lo mais vezes, sem ter que aguardar a tal recomposição – que se processa em M'-D'.

No primeiro caso, a espera da recomposição do capital acarreta na diminuição do número de rotações, redundando na redução da mais valia acumulada ao longo de certo período. No segundo, diminui a quantidade de sobretrabalho extraída, exatamente pelo rebaixamento da quantidade de capital empregado para explorar força de trabalho.

Uma das lições demonstradas na seção IV é que, com o desenvolvimento do capitalismo, grupos específicos de burgueses assumem as funções de fazer circular as mercadorias. Assim,

⁴ Respectivamente *Transformação de capital mercadoria e capital monetário em capital comércio de mercadoria e capital comércio de dinheiro (capital comercial)* e *Divisão do lucro em juro e lucro do empresário. O capital portador de juros*, na edição da Nova Cultural. As diferenças em relação a outras edições estão apontadas na nota 16.

⁵ D representa o dinheiro inicialmente desembolsado pelo capitalista para aquisição das mercadorias (M) necessárias à produção (P). Em P há extração de sobretrabalho que gera mais valores, na forma de mercadorias (M'), do que o necessário para custear os gastos com *capital variável*. Esse excedente de mercadorias – de valores –, quando realizado, ou seja, quando M' é vendida, retorna ao capitalista que acionou o ciclo, possibilitando que D retorne acrescido de mais dinheiro (D') do que havia inicialmente.

enquanto o *funcionante*⁶ fica a cargo do movimento D-M-P...M', a um outro capital cabe a responsabilidade de, adquirindo M', fazer com estas sejam vendidas. Sem dispendir tempo para fazer circular o conjunto de M' no mercado, o *capital produtivo* recompõe mais rapidamente os meios necessários para reativar o ciclo, além de não precisar reter parte do dinheiro a ser empregado para evitar a interrupção da produção enquanto não realiza a mais valia.

O *capital comercial* desempenha papel fundamental sobre o tempo e o volume de rotação do capital, quando sua forma *capital comércio de mercadorias* assume a responsabilidade de fazer com que as mercadorias circulem, o que contribui para dinamizar a acumulação (MARX, 1985a, 210). Mas o impacto do desenvolvimento do *capital comercial* vai além.

Para generalizar a produção e a circulação de mercadorias e, portanto, a acumulação, os capitalistas precisam reservar magnitudes consideráveis de dinheiro de forma a executar compras, fazer pagamentos, enfim, efetuar uma série de movimentos técnicos próprios da circulação monetária (MARX, 1985a, 240 e 241). Essa parcela de capital em potencial imobilizada também tem implicações sobre a acumulação.

No capítulo XIX do Livro III é apresentada outra face do *capital comercial*, qual seja, o *capital comércio de dinheiro* (e não *capital financeiro*, como aparece em algumas traduções)⁷. O surgimento desse *capital comércio de dinheiro* representa um salto qualitativo para as relações capitalistas, ao mesmo tempo em que resulta delas (FONTES, 2010, p. 23). Dessa forma, concomitantemente ao aumento do volume de capital acumulado – possibilitado pela generalização do capital industrial –, constituiu-se uma série de complexas relações para viabilizar e potencializar expansão daquele processo.

⁶ *Capital produtivo* ou *funcionante* remete-se à fração do capital que está diretamente ligada ao processo produtivo, ou seja, é aquele segmento do capital que aciona a exploração da força de trabalho ao fazer com que ela interaja com os meios de produção, deflagrando a produção de valor e mais-valor.

⁷ Nas edições nacionais da Civilização Brasileira, Difel e Bertrand Brasil, o capítulo XIX aparece como *O capital financeiro*. Todavia, especialistas afirmam – apropriando-se de Harvey e Klagsbrunn – que a expressão jamais foi usada por Marx (CARCANHOLO E NAKATANI, s.d., p. 13 e 14). Estas edições foram traduzidas para o português a partir de uma edição francesa de *O capital*. Nesta, o capítulo XIX do Livro III foi traduzido como *Le Capital Financier (Capital Marchant)*. Klagsbrunn afirma que a expressão tem pouca similitude em relação ao original *geldhandlungs kapital*. Para o autor, a tradução brasileira que mais se aproxima do original é Nova cultural, em que o capítulo XIX é traduzido como *O Capital Comércio de Dinheiro* (CARCANHOLO e NAKATANI, s.d., p. 13). Embora o revolucionário renano tenha sido exitoso ao apontar algumas tendências de desenvolvimento do capital no período ulterior aos seus estudos, *capital financeiro* exprime a complexificação das relações capitalistas que sucede ao tempo do autor dos *Grundrisse*. Foi apenas no início do século XX, portanto, mais de 20 anos depois da morte de Marx, que Hilferding e Lênin utilizaram a categoria para identificar precisamente o estágio em que o capitalismo ingressava com o surgimento dos monopólios. Dessa forma, a utilização da categoria *capital financeiro* para exprimir o debate realizado por Marx em *O capital* consiste em uma espécie de “contrabando” (GRANEMANN, 2006, p. 16), enfim, em mais uma daquelas “traições” a que algumas traduções conduzem. A preferência neste artigo é dada à edição da Nova Cultural. Apenas em alguns momentos se fará recurso à tradução da Civilização Brasileira/Bertrand Brasil.

Em decorrência, e como produto da divisão técnica do trabalho entre capitalistas, além das diferentes determinações e funções do dinheiro (MARX, 1985a, 238 e 242), consolidou-se um capital específico que assumiu a função de “caixa” para o conjunto da classe burguesa, de agentes que abreviam esses custos e tempo de circulação. Assim, *como no caso do capital comércio de mercadorias, parte do capital industrial, existente no processo de circulação na forma de capital monetário, se separa e executa essas operações do processo de reprodução para todo o capital* (MARX, 1985a, 237). Além de realizar aquelas operações, esse *capital comércio de dinheiro*⁸ – *capital bancário* por excelência, mas não apenas – assimila, em uma etapa mais elevada, a função de *conceder e receber empréstimos e a do comércio de crédito* (MARX, 1985a, p. 240)⁹.

Impulsionados pela concorrência e pela necessidade de ampliar e acelerar a acumulação, capitalistas individuais encontram no comércio de dinheiro, na forma de crédito, as condições para a expansão da acumulação. Os comerciantes de dinheiro, que por sua vez não produzem valor algum, ampliam sua dependência¹⁰ em relação aos *capitalistas funcionantes*, na mesma medida em que alimentam seu agigantamento. Essa nova função alterou significativamente o papel, o sentido e a abrangência dos bancos. O viés usurário, nunca totalmente abandonado, foi subordinado ao processo de valorização impulsionado pelo crédito.

O impacto sobre a generalização da produção capitalista foi estupendo: dotou postulantes a *capital funcionante* das condições para deflagrar o processo produtivo; alargou, com recursos monetários ociosos estocados sob sua responsabilidade, as possibilidades do *capital produtivo* em curso de extrair sobretrabalho; agilizou o tempo de rotação; contribuiu para ampliar a concorrência capitalista; diversificou as áreas em que era possível produzir valor e mais-valor, enfim, promoveu um salto em direção a um horizonte de acumulação antes intangível.

O crescimento que essa aproximação engendrou está na base de outra mudança ainda mais significativa: *a conversão dos grandes proprietários capitalistas [...] em proprietários de capital sob a forma monetária, cuja valorização parece decorrer do próprio capital [...]* (FONTES, 2010, p. 28). Esse capital potencial sob a forma monetária, sua aparência de gerar dinheiro a partir do próprio dinheiro e, sobretudo, os nexos que estabelece com a produção de valor e com a

⁸ Os bancos existiam antes do modo de produção capitalista, embora, fundamentalmente, na condição de agente usurário. Nesse sentido, agiam de forma muito semelhante a agiotas, realizando punção nas riquezas já criadas, convertendo-a em *entesouramento ou gasto suntuoso* (FONTES, 2010, p. 26). A acumulação capitalista impeliu ao desenvolvimento do negócio bancário, mas submetendo-o e incorporando à lógica do *capital industrial*.

⁹ Fontes (2010, p. 28) afirma que esse não é um atributo específico do *capital bancário*. No período subsequente tornou-se uma tendência de todos os grandes proprietários de *capital monetário*, impulsionados pelo desenvolvimento da forma *capital portador de juros*.

¹⁰ Essa dependência decorre de que somente o *capital produtivo* pode produzir os excedentes de valores a serem reapropriados pelos comerciantes de dinheiro, como será demonstrado à frente.

acumulação de mais valia são o que especialmente interessa para estabelecer a ponte com Lênin e com a *financeirização*.

Na seção seguinte, a quinta e, particularmente, mas não apenas, no capítulo XXI – *O capital portador de juros* – Marx analisa a forma muito peculiar de existência e reprodução do capital quando ele mesmo se converte em mercadoria. Ao fazer isso, além de promover dramáticas alterações nas relações entre suas diferentes frações, o capital, agora transformado em mercadoria, incorpora o máximo de fetichismo dessa sociedade: a possibilidade de, ao menos no campo da aparência, suprimir o processo de produção e fazer mais dinheiro do próprio dinheiro (MARX, 1985a, p. 262, 293 e 294).

A soberba quantidade de capital acumulado com o desenvolvimento das relações anteriormente apontadas – e mantido sob a forma dinheiro, *capital monetário*¹¹ –, constitui a abertura de um amplo campo de ação para a lógica do capital. O comércio de dinheiro atinge seu patamar mais elevado quando esse *capital monetário* passa a se direcionar às formas mais diversas de assegurar a venda de dinheiro, mas com intuito de que este regresse valorizado ao proprietário original.

Para este capitalista, na estreiteza de sua visão, o que existe é o movimento de dinheiro saindo de sua posse e regressando na forma de mais dinheiro (D-D'). Essa *forma externa* (MARX, 1985a, p.261) é a única relação existente para ele e tudo o que se interpõe como intervalo é o tempo que o dinheiro acrescido leva para regressar. Todavia, como denomina Fontes, isso é apenas um reflexo de *sua experiência imediata* que esse capital dissemina como verdade (2010, p. 26), expressão epidérmica de processos mais profundos e complexos.

O que esse delírio, como designa Marx no Livro II, encobre é que capital é uma relação social e, portanto, D' só pode ser resultado do acionamento da engrenagem de extração de mais valia, como já denunciado desde o Livro I. Dito de outra forma, o que esse fetiche levado ao extremo oculta é que o *capital monetário* disponibilizado como mercadoria escamoteia pressões cada vez maiores pela exacerbação da exploração do trabalho.

Diante disso, é mister responder a questão: qual solo concreto possibilita a existência de D'? A resposta deve ser buscada na relação que esse *capital monetário* estabelece com o *capital funcionante*, expressa na seguinte fórmula: D-d-M-d`-D' (FONTES, 2010, p. 24 e 25).

Em sua aparência abstrata, essa fórmula desvela os segredos escondidos por D-D', em que D representa as massas de recursos que cedem a outros capitais potenciais, por meio de empréstimo, a

¹¹ Não necessariamente bancário (FONTES, 2010, p. 23), mas, via de regra, administrado pelos bancos (GRANEMANN, 2006, p. 28).

gestão de frações do *capital monetário*, com a condição de que o dinheiro seja empregado como capital, ou seja, de que produza valor e mais valor.

Já d, expressa o dinheiro cuja gestão – e não a propriedade – é repassada a um *capital funcionante*, que o emprega realmente como capital, ou seja, aciona o processo produtivo, levando à extração de sobretrabalho. M traduz o processo de produção levado a cabo por meio da aquisição das mercadorias necessárias (meios de produção e força de trabalho). Por seu intermédio é alcançado o trabalho excedente ou os produtos excedentes – ou ainda os valores excedentes – que, quando realizados, possibilitam a acumulação de capital.

A passagem para d' indica a realização dos valores extraídos da exploração do trabalho, ou seja, a venda das mercadorias excedentes, fornecendo ao *capitalista funcionante* o regresso desse mais-valor na forma de mais dinheiro que o inicial. Por fim, D' diz respeito ao retorno que o *capital produtivo* deve assegurar ao dono original de D. Como o *capital funcionante* é apenas o gestor de uma determinada magnitude de recursos – que a ele foi destinado sob a forma de empréstimo, com a condição de que levasse D a agir como capital – cabe retornar ao verdadeiro proprietário do *capital monetário* o recurso tomado emprestado, acrescido de uma alíquota denominada juro.

Aqui está decifrada uma relação essencial para o capitalismo do tempo de Marx, das primeiras décadas do século XX – o imperialismo clássico – e mesmo da *financeirização*: dinheiro só pode gerar mais dinheiro como resultado de um processo produtivo que envolve a exploração do trabalho. O que aquela relação expressa é a existência de um capital especializado, *capital portador de juros*, em alavancar a acumulação capitalista, com vistas a se apropriar do juro, ou seja, uma parte da mais valia extraída pelo *capital funcionante*.

O juro, D', não nasce do tempo gasto para o refluxo de D ao seu dono original, não é produto de estratégias geradas por exímios operadores do dinheiro e nem se origina em relações estritamente jurídicas. É produto da valorização propiciada pela exploração do trabalho. Para isso, é alienado o valor de uso do *capital portador de juros* – ou seja, o de *funcionar como capital* – a um mutuário que aciona a extração de valor e mais-valor, ou seja, é transferida a um *capital funcionante* a capacidade potencial do *capital monetário* de agir efetivamente como capital (MARX, 1985a, p. 258 e 259).

Em contrapartida, as pressões que o *capital portador de juros* exerce sobre o *capital produtivo* são substantivas. A exigência por cada vez maior agilidade e competência na produção de mais-valor tem rebatimentos diretos sobre o aumento da exploração: não só aumenta a extração de mais valia em setores submetidos à produção capitalista, como amplia as possibilidades de subsunção de novos horizontes à lógica de valorização do capital.

Essa relação entre *capital portador de juros* e *capital funcionante* é tensa, porém complementar. Se o primeiro depende do segundo para alcançar D', o segundo fica cada vez mais

submetido a D para alcançar o d necessário para iniciar a produção. A condição de extrator de mais valia do *capital funcionante* permanece, ao mesmo tempo, central e subalternizada, o que traduz uma mudança qualitativa no capitalismo. Trata-se de uma tensão no *interior de uma unidade* (FONTES, 2010, p.32). Há conflitos e hierarquizações entre essas frações de proprietários, mas laços de dependência recíprocos.

A concentração de *capital monetário* possibilitada pelo o *capital portador de juros* atira a acumulação em um novo patamar. Os esforços para o aumento de D' exercem cada vez mais pressão para a agilização e ampliação de extração de mais valia, e não somente punção, como no caso do *capital usurário*. Dessa concentração deriva uma forma ainda mais fetichizada que é o *capital fictício*.

Na busca incessante por canalizar mais recursos monetários para o processo de valorização, o capital forjou maneiras de direcionar riquezas provenientes do trabalho morto ou pretérito à produção. Uma dessas formas é o desenvolvimento das sociedades por ações, ancestral direta de uma série de títulos, derivativos e todo tipo de papel que simboliza, duplicando, triplicando, enfim, multiplicando virtualmente, quase que sem limites, o capital efetivamente existente. A título de resgate, no caso do mercado imobiliário americano retratado anteriormente, os títulos estavam multiplicados até 48 vezes em relação à riqueza real.

As ações ao serem emitidas não correspondem a um valor igual ao capital materializado em meios de produção e na potencialidade do trabalho produtivo; elas são duplicatas em papel de um capital que existe uma única vez e que é emitido em correspondentes de papel (as ações) como se tivesse dupla existência. Mais grave ainda: estes papéis podem e são negociados numerosas vezes como se numerosas vezes existissem lado a lado ao capital real, produtivo (GRANEMANN, 2010, p. 8).

Esses títulos, ações etc., têm um agravante: por um lado, marcam o direito a alíquotas do valor a ser produzido. Nesse sentido, são uma forma de *capital portador de juros* (BRETTAS, 2010, p. 5). Por outro, remetem-se cada vez mais à riqueza a ser prospectada futuramente, o que implica em capturar passado (riqueza pretérita sob a forma monetária), presente (extração de mais-valia) e futuro (todas as formas de pressão para a ampliação exponencial de produção excedentes de riqueza). Isso impõe *um aprofundamento alucinado das exigências tirânicas da extração de sobretrabalho, a toda velocidade e sob quaisquer meios* (FONTES, 2010, p. 39).

É interessante a leitura das observações que Engels deixou ao final do Livro III de *O capital*. Ali, o organizador do Livro faz observações que de forma alguma podem ser tratadas como laterais. Segundo Engels, *após 1865, quando o Livro foi escrito, sobreveio uma transformação que (...) confere à bolsa importância consideravelmente elevada e crescente* (ENGELS, 1985-1986, p. 333). Ele afirma que já era possível captar naquele momento uma tendência a se desenvolver

posteriormente, a saber: a de que o controle da produção industrial e agrícola caíssem nas mãos dos capitalistas que realizam operações nas bolsas de valores, adquirindo ações de diversas empresas, de diferentes setores.

Engels afirma que na fase anterior à produção da obra o volume de operações realizadas nas bolsas era ainda modesto e o principal papel negociado eram os títulos da dívida pública, também em quantidade pequena. Não era, portanto, expressiva a quantidade de estabelecimentos industriais que abria seu capital na forma de sociedades por ações. Mesmo no caso dos bancos, diferente dos norte-americanos e mesmo os do continente europeu, os bancos ingleses ainda não operavam majoritariamente por ações.

O autor de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* afirma que *naquele momento, a bolsa era um lugar em que os capitalistas trocavam entre si seus capitais acumulados* (ENGELS, 1985-1986, p. 333). Todavia, a crise de 1866 imprimiu alterações nesse cenário:

(...) a acumulação avançou com velocidade sempre crescente, de modo que em nenhum país industrial, e ainda menos na Inglaterra, a expansão da produção pôde acompanhar a da acumulação, nem conseguiu o capitalista individual empregar sua acumulação completamente na ampliação de seu respectivo negócio (...). Com essa acumulação, porém, aumentou a massa dos rentistas, das pessoas que estavam fartas da tensão cotidiana dos negócios e que por isso desejavam divertir-se ou, no máximo, exercer a suave função de diretores ou de conselheiros de companhias (ENGELS, 1985-1986, p. 333).

Um a um, o comércio, a agricultura, as indústrias e os bancos, enfim os setores mais significativos da economia foram tragados pela lógica da organização da sociedade por ações ou pelas operações na bolsa. Os próprios investimentos no exterior, portanto, parte significativa da exportação de capitais que teve sua gênese no período seguinte, seguiu o caminho do investimento em ações, o que permitiu, no período imediatamente ulterior, que grandes capitais estendessem seu controle a outras regiões do globo.

As considerações de Engels não parecem ser meramente marginais, merecendo atenção por capturar *in loco* a emergência de um fenômeno a ser registrado, já na sua maturidade, por Hilferding, Lênin e outros clássicos marxistas.

Por fim, uma última observação: Engels já capturava naquele momento um fenômeno intrínseco ao desenvolvimento capitalista, qual seja, a especulação, o investimento em *capital fictício* visando à centralização de capital e à jogatina deliberada a que se atiram segmentos do capital em determinadas circunstâncias e que hoje parecem ter alcançado limites insuportáveis.

Assim, outra expressão do *capital fictício* trabalhada por Marx são os títulos públicos ou títulos da dívida pública. O autor justifica dessa maneira a inclusão desses títulos no leque que compõe o *capital fictício*:

O Estado tem de pagar anualmente a seus credores certo quantum de juros pelo capital emprestado. O credor, nesse caso, não pode pedir do devedor o reembolso, mas apenas vender o crédito, ou seja, seu título de propriedade sobre ele. O próprio capital foi consumido, despendido pelo Estado. Ele já não existe. O que o credor do Estado possui é 1) um título de dívida contra o Estado, digamos de 100 libras esterlinas; 2) esse título de dívida contra o Estado lhe dá direito sobre as receitas anuais do estado, isto é, sobre o produto anual dos impostos, em determinado montante, digamos de 5 libras esterlinas ou 5%; 3) ele pode vender este título de dívida de 100 libras esterlinas quando quiser a outras pessoas. Se a taxa de juros for de 5%, supondo-se ainda a garantia do Estado, o proprietário A pode, em regra, vender o título de dívida por 100 libras esterlinas a B, pois para B é o mesmo emprestar 100 libras esterlinas a 5% ao ano ou assegurar-se mediante o pagamento de 100 libras esterlinas um tributo anual do Estado, no montante de 5 libras esterlinas. Mas, em todos esses casos, o capital, do qual o pagamento feito pelo Estado considera-se um fruto (juro), permanece capital ilusório, fictício (MARX, 1983b, p. 10).

O *capital fictício* pode desempenhar papel no alavancar de produção de valor e mais-valor, na medida em que a venda de ações possibilita, mas não efetiva necessariamente, que sejam direcionados mais recursos à produção. Contudo, majoritariamente, sua ação se processa no sentido de forjar e ampliar todo tipo de atividade de rentabilidade parasitária, manobras contábeis, fraudes e formas de punção em mais valia. Isso ocorre, por exemplo, com a venda – de quantas vezes a imaginação é capaz de vislumbrar – do mesmo papel que expressa uma única cota de riqueza, além de outros instrumentos.

Ainda que a “produção” de *capital fictício* seja, em determinados contextos históricos – como o retratado no item II da presente reflexão –, incrivelmente desproporcional em relação à produção real de riquezas, tem seu solo concreto nela. A possibilidade desse aparente descolamento é atestada por Marx no Livro III. Contudo, essa atividade especulativa encontra seus limites na *lei do valor*.

As pressões do *capital fictício* e da forma maior da qual ele deriva, o *capital portador de juros*, para assegurar sua valorização, para além de fraudes e jogos contábeis, elevam todas as formas de expropriação do ser social que produz a riqueza, a classe trabalhadora, o que compromete o futuro da integralidade da vida social (FONTES, 2010, p. 38).

O *capital portador de juros* e *capital fictício* consistem, juntos, na terceira e mais complexa forma que o *capital industrial*, entendido aqui enquanto síntese global e abstrata do capital, se desdobra. As outras são o *capital produtivo* e o *capital comercial*. Nenhuma das três independe das demais, mas na etapa de desenvolvimento em que Marx escreve, ainda era possível identificar certo nível de “autonomia”, de separação entre elas – embora decrescente.

Com o desenvolvimento das relações capitalistas, essa “autonomia” é cada vez menor e a análise da realidade concreta permite constatar que a *operação de um capital só pode ser entendida como realizando parcial ou totalmente diversas funções e funcionando como entrelaçamento da*

circulação de mais de um capital industrial (CARCANHOLO e NAKATANI, s.d., p.8). Todavia, somente em estágios mais avançados do capitalismo, essas fronteiras são totalmente devassadas. O mesmo capital, difuso e, ao mesmo tempo, cada vez mais concentrado, passa a operar sob todas as formas, buscando, sem limites, todas as maneiras de acumulação e centralização. O ingresso no imperialismo clássico significa mais alguns passos nessa direção e, a passagem à *financeirização*, consolida esse processo.

As categorias *capital portador de juros* e *capital fictício* constituem, assim, dois suportes fundamentais para avaliar como diferentes formas do capital, sob a batuta crescentemente mais imperiosa do *capital monetário*, se movimentam na busca por maior acumulação e centralização de capital.

O desenvolvimento do capitalismo posterior a Marx, com a *união íntima* de diversos capitais sob a fusão do *grande capital bancário* e do *grande capital monopolista* – sintetizada na categoria *capital financeiro* – consiste no avanço que desnuda a pretensa autonomia das finanças em uma época que se encontram tão hipertrofiadas como a atual.

III. Imperialismo e *capital financeiro*: o resgate do legado leniniano

Monopólios, oligarquias, tendências para o domínio em vez de tendências para a liberdade, exploração de um número sempre crescente de nações [...] tudo isso gerou os traços específicos do imperialismo que permitem caracterizá-lo como um capitalismo parasitário e decomposto.
Vladmir Ilich Ulianov, Lênin

A passagem do século XIX ao XX encerra para o capitalismo um período iniciado 100 anos antes. Se, entre os séculos XVIII e XIX, significativas vicissitudes se impuseram de forma contundente para o conjunto dos seres humanos¹² – inaugurando a sociedade produtora de mercadorias sob os auspícios do *capitalismo concorrencial* –, as décadas que antecedem a *era dos extremos*¹³ presenciam o ingresso desse modo de produção em uma nova etapa.

Ao longo do primeiro quarto do século XX, enquanto essa fase estabelecia seus contornos mais gerais, analistas de diferentes matizes se debruçaram sobre ela, almejando compreendê-la. Os

¹² As revoluções burguesas e, no seu bojo, sobretudo, a Revolução Industrial consolidaram o ingresso da humanidade na lógica societária do capital. Daí em diante o que se viu, em menos de um século, foi a burguesia, *com seu domínio de classe (...)*, criando as *forças produtivas mais massivas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas* (MARX e ENGELS *apud* NETTO e BRAZ, 2007, p. 170 e 171). Nenhuma época anterior presenciou tão dramáticas e profundas alterações antes desse período. A dinâmica do capital – composta por seus movimentos endógenos, tendências e contra-tendências – inaugurou, assim, a própria história do modo de produção capitalista. Isso significa reconhecer que *o capitalismo não é só história, mas tem sua própria história* (NETTO e BRAZ, 2007, p. 169).

¹³ Termo cunhado pelo historiador marxista britânico Eric Hobsbawm (1995) para designar o “breve século XX”. Para o autor, os dois acontecimentos que marcam início e fim do século em questão são, respectivamente, o início da I Grande Guerra e o colapso dos países em que vigorou o socialismo real.

desafios lançados às organizações dos trabalhadores por essa nova realidade demandaram um acentuado esforço analítico, de forma a adequar estratégia e tática revolucionárias aos obstáculos postos pelos diferentes estágios do capitalismo. Toda uma geração de militantes da chamada II Internacional Socialista¹⁴ dedicou-se a apreender as características e significados desses novos tempos

Sem dúvida, um dos esforços que mais avançou no sentido de captar as novas determinações da lógica de desenvolvimento das relações burguesas no início do século XX – cujas tendências foram delineadas pelas prospecções marxianas – é a obra que Lênin publicou em 1916. Sob o título *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, o líder russo apontou os principais elementos constitutivos do *capitalismo da era dos monopólios*.

A virada de uma etapa para outra se deu, de acordo com o autor, com o desenrolar dos acontecimentos – precipitados pelo *crack* de 1873 – originados pela depressão de 1870-1880. Visando a contornar a crise, a lidar com a concorrência e a enfrentar a crescente organização do proletariado, o grande capital utilizou o expediente da organização de cartéis, trustes e sindicatos patronais para assegurar o controle das condições de troca, dos preços, além de repartição dos mercados (LÊNIN, 1987, p. 21, 22 e 122). O desenvolvimento dessa prática tornou-se a base da organização econômica no período ulterior, desencadeando um processo cada vez mais elevado de concentração e de centralização de capital. Grandes grupos capitalistas passaram a controlar ramos industriais inteiros, administrando todo o ciclo de produção e circulação das mercadorias, constituindo monopólios de magnitude cada vez mais elevada.

Apropriando-se criticamente das contribuições de Hilferding, Lênin aponta algumas táticas básicas por meio das quais os *monopólios* procuravam (e ainda o fazem) aniquilar a concorrência, contornar a tendência decrescente da taxa de lucros e estabelecer um controle cada vez maior da produção e dos mercados. Por meio de baixas dos preços, acordos, aquisições, boicotes e outras intervenções, as empresas *monopolistas* movimentavam-se no sentido de privar a concorrência, sobretudo a não-monopolista, do acesso a matérias-primas, força de trabalho, meios de transporte e crédito. Essa lógica tendia a submeter – ou destruir – o restante das empresas ao jugo das demandas monopólicas (LÊNIN, 1987, p. 27 e 122).

A ação de monopolização possuía – e mantém no presente – o objetivo de *obter lucros acima da média (lucros extraordinários monopolistas) e escapar dos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro* (NETTO e BRAZ, 2007, p. 188), principalmente pela punção de *mais-valia* de setores não-monopolistas (BEHRING, 202, p. 114) e, no rastro dessa lógica, de regiões cada vez mais amplas do globo. Além desse mecanismo, a centralização de capital, via a forma *capital*

¹⁴ Apenas para registro podemos citar os esforços de Kautsky, Hilferding, Rosa Luxemburgo, Trótski e Bukhárin, dentre outros (NETTO, 2005, p. 19).

portador de juros e capital fictício, a rapinagem do fundo público e a utilização da força militar complementam o aparato mundial construído pelo capital em sua fase imperialista.

Todos esses elementos remetem a outro componente do *capitalismo monopolista*: seu grau crescente de internacionalização. Capturados todos os espaços nacionais, o grande capital precisava subjugar outras regiões à busca dos *lucros extraordinários monopolistas*, o que levou a uma nova partilha do mundo. Da exportação de mercadorias característica da *era concorrencial*, que assegurou a abertura de novos mercados aos produtos da grande indústria, os monopólios passaram a exportar capitais, na forma de investimentos externos, de exportação de capital (LÊNIN, 1987).

Por meio desse processo, o grande capital monopolista encerrou o ciclo de subsunção das economias não-capitalistas ou semicapitalistas a sua lógica, articulando-as em um *sistema multilateralmente autocondicionante* (MANDEL, 1982, p. 32). Essa articulação conduziu a uma rígida divisão internacional do trabalho e abortou ou submeteu a acumulação primitiva de capital nas economias em fase de ingresso nas relações capitalistas aos desígnios e interesses monopolistas. Esse movimento estrutural de combinação (e subordinação) de desenvolvimento e subdesenvolvimento, moderno e arcaico, com gênese e manutenção promovidas pelo *capital monopolista*, gerou um modelo de integração que está no âmago da fase imperialista do capitalismo.

Designado por Trótski como *desenvolvimento desigual e combinado* (NETTO e BRAZ, 2007, p. 187 e BEHRING, 2002, p. 115), esse modelo consiste na base da busca dos monopólios pela ampliação da acumulação capitalista e em sua fuga da queda da *taxa de lucro*. Ao levar a cabo e consolidar *a vinculação de nações e Estados de todo o planeta, estabelecendo um fluxo de conexões que acabou por configurar uma economia em que todos são interdependentes (sem prejuízo das hierarquias e das relações de dominação e exploração)* (NETTO e BRAZ, 2007, p. 187), a nova fase do modo capitalista de produção potencializou a busca de lucros acima da média ou *superlucros*, conforme analisado por Mandel (MANDEL, 1982)¹⁵.

Os *superlucros*, que se baseiam nos diferenciais de produtividade do trabalho dos diversos espaços regionais integrados ao mercado capitalista, são assegurados por meio dos seguintes expedientes:

investimento em esferas da produção com menor composição orgânica do capital; pressão pela queda do preço da força de trabalho nos países dependentes, em função do enorme exército industrial de reserva; exportação de capitais para a agricultura e mineração, aumentando a composição orgânica nesses setores e diminuindo os preços das matérias primas; e exportação de capitais ociosos (BEHRING, 2002, p.115).

¹⁵ Potencializou, pois, mesmo sem a incorporação de outras nações a esta lógica, o capital já se posicionava no sentido de extrair *superlucros* em áreas menos desenvolvidas dentro mesmo de seus espaços nacionais. Essas regiões acabavam por exercer a condição de colônias internas, como é o caso, por exemplo, da relação entre norte e sul dos EUA.

Nesse contexto de busca de *superlucros*, a concorrência entre os setores monopolistas leva a uma integração cada vez maior com o aparato do Estado, que ampliou suas funções econômicas diretas, indiretas – interferindo mais na luta de classes, seja no *front* coercitivo, seja no esforço de geração de “consensos”, por meio de sua ampliação com a incorporação de algumas demandas do proletariado, via políticas sociais – ou extra-econômicas, gerindo e promovendo bases mais privilegiadas para atender aos interesses do grande capital. Nas palavras de Netto:

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas* (2005, p. 25).

Na linha de ampliação de suas funções, a ação dos Estados representantes das burguesias imperialistas no sentido de viabilizar a (re)conquista de outros espaços nacionais teve papel preponderante. Com a necessidade de internacionalização crescente do capital monopolista, a indústria bélica adquire papel estratégico, no sentido de assegurar as melhores condições para ações de divisão e de (re)colonização do mundo¹⁶. Porém, além de aspectos puramente bélicos, este tipo de indústria também responde a outras necessidades dessa fase de desenvolvimento do capitalismo, como: o avanço científico, técnico e produtivo em setores estratégicos da economia; a garantia de *superlucros* em uma escala ainda superior; o travamento do *subconsumo* das massas, contribuindo para conter crises; além da *enorme destruição de forças produtivas que a guerra realiza*, evitando o ingresso do capital em um período de *superacumulação*¹⁷ e abrindo *um imenso campo para a retomada de ciclos ameaçados pela crise* (NETTO e BRAZ, 2007, p. 185 e NETTO, 2005, p. 22).

Concomitante a esses acontecimentos desenrolou-se a mudança do papel dos bancos. De caixas da classe burguesa – exercendo, para o conjunto do capital, as funções e movimentos puramente técnicos do dinheiro, tal qual descrito por Marx no Livro III –, os bancos passaram a ter uma crescente relevância. O controle de gigantes massas de *capital monetário* na forma de depósitos concedeu a eles um papel estratégico no desenvolvimento do sistema de crédito.

Isso possibilitou estabelecer relações qualitativamente distintas com o grande capital, na medida em que a concorrência e a busca de condições mais favoráveis de extração de mais valia requeriam investimentos substantivamente ampliados por parte dos *capitalistas produtivos*

¹⁶ Esse elemento tem papel significativo na deflagração das Grandes Guerras Mundiais. Recolonizado o mundo, a extensão dos domínios imperialistas só poderia ser feita às expensas de áreas sob o controle de outras nações imperialistas, o que elevou a tensão e deflagrou ambas as beligerâncias.

¹⁷ Em linhas gerais, a *superacumulação* designa um período em que se produz um excedente de capital em relação às condições dele ser empregado na produção de valor e mais valor, mantendo-se as taxas de sua valorização. Essa condição é fundamental para entender a busca de setores do capital, abarcados pelo capital financeiro, de formas de punção de *mais-valia* social sem o ingresso na produção.

(GRANEMANN, 2006, p, 29). Em síntese, a demanda por crédito pelo *capital funcionante*; a concentração de *capital monetário* nas instituições bancárias; a *escrituração das contas correntes de uma empresa*, permitindo ao banco conhecer com grande *amplitude e precisão, a situação econômica do cliente* (LÊNIN, 1987, p. 40 e NETTO e BRAZ, 2007, p. 178 e 179); a aquisição de ações e a participação em conselhos de direção das indústrias e de setores do capital comercial, enfim, por meio de vastos mecanismos, forjou-se uma forma superior de organização do capital (NETTO e BRAZ, 2007, p. 179).

Esta forma era e é bem diferente das anteriormente existentes: *capital comercial, capital produtivo e capital portador de juros*. Ela era produto da compra de ações industriais e comerciais pelos bancos e vice-versa (NETTO e BRAZ, 2007), acarretando uma fusão e interpenetração desses capitais e forjando aquilo que Lênin denominou como *capital financeiro* (LÊNIN, 1987, p. 46).

Aqui se encontra o elemento central para a análise da fase superior do capitalismo, o imperialismo, assim como sua manifestação contemporânea, a *financeirização*. Não se trata simplesmente, o *capital financeiro*, como pretendia Hilferding, de *capital de que os bancos dispõem e que os industriais utilizam* (HILFERDING *apud* LÊNIN, 1987, p. 46). É algo qualitativamente superior. A categoria *capital financeiro* permite observar como o desenvolvimento das relações capitalistas funde capitais diferentes que passam a operar, em momentos distintos ou sincronicamente, nas diferentes formas que o capital pode assumir, sempre procurando: agilizar o tempo de rotação do capital, intensificar a interpenetração de capitais em todas as esferas, acarretando no agigantamento das sociedades por ações (MARX, 1985a, p. 507, 509 e ss.); e ampliar as possibilidades de acumulação e centralização do grande capital imperialista.

Operando na condição de *capital funcionante*, de *capital comercial*, de *capital portador de juros* e de *capital fictício* – ou em todas elas –, o *capital financeiro* reúne, sob o controle dos grupos monopolistas, a avidez imperialista no aprofundamento de formas de extração de mais valia em todas as regiões e espaços (re)conquistados ou de punção de mais valia social, seja: por instrumentos de controle de preços e de mercados, pela “promoção de saques” ao fundo público, fraudes, manobras contábeis, criação fictícia de riquezas etc. Isso desemboca na construção de formas cada vez mais intensas e sofisticadas de expropriação, em que trabalhadores, setores não-monopolistas (FONTES, 2007, p. 25) e nações são condenados a alimentar uma lógica de acumulação e centralização crescentes.

Segundo Lênin, portanto:

O capital financeiro, concentrado em algumas mãos e exercendo um monopólio de fato, obtém da constituição de firmas, das emissões de títulos, dos empréstimos ao Estado, etc., enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio das oligarquias financeiras e onerando toda sociedade com um tributo em benefício dos monopolistas (1987, p. 52).

Todo esse processo é elevado a proporções inimagináveis com a concentração monopólica concorrendo para a formação das *oligarquias financeiras* que envolvem, *numa apertada rede de relações de dependência, todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa* (LÊNIN, 1987, p. 123) em âmbito mundial. Chamados por Lênin de *reis de finança da moderna sociedade capitalista* (LÊNIN, 1987, p. 41), essas *oligarquias* jogam papel decisivo na extensão, no aprofundamento e na potencialização da ação do *capitalismo monopolista*, na medida em que significam um *plus* na fusão do *capital industrial* – entendido em Lênin de forma diversa do que em Marx, ou seja, significando, para o revolucionário russo, o grande *capital produtivo* - com o *capital bancário*.

O surgimento dessas oligarquias potencializa o caráter monopolista do capitalismo da era imperialista e avança no sentido de fazer com que a *união íntima de capitais*, já em curso sob o *capital financeiro*, se intensifique ainda mais. A interpenetração crescente que decorre desse processo faz com que fique difícil efetuar, ainda que analiticamente, separação do capital em suas formas particulares. O que ocorre é uma busca incessante e cada vez mais intensificada por acumulação e centralização, acarretando em que o capital concentrado busque sempre operar da forma que melhor assegure seus intentos.

Nesse sentido, no desenvolvimento das relações capitalistas, a *categoria capital financeiro* fornece o mais relevante suporte para análise dos desdobramentos atuais do modo de produção em questão, pois amplia a capacidade de traduzir no plano do pensar o que o capital opera em sua lógica de existência, assim como as consequências disso. Isso não significa que ela esgote a necessidade do aprimoramento das reflexões sobre o presente. O que Lênin capturou com essa categoria, ainda que forneça elementos para a explicação das tendências posteriores, foi um momento particular da história capitalista.

É importante salientar que, se o imperialismo é uma fase no aprofundamento das relações capitalistas – que sucede o *capitalismo concorrencial* –, alguns autores identificam que a era dos monopólios também apresenta clivagens internas que permitem encontrar estágios no seu desenvolvimento (MANDEL, 1982; BEHRING, 2002 e NETTO e BRAZ, 2007). A primeira fase do imperialismo, denominada de clássica, compreende o período que se estendeu do final do século XIX até aproximadamente a Segunda Grande Guerra. O segundo estágio, designado *capitalismo tardio* ou *maduro* por Mandel (1982), compreende o pré-Segunda Guerra, no caso dos EUA, e do pós-Guerra, para o restante do mundo, seguindo até o seu esgotamento e a crise que se abate sobre a sociedade capitalista entre os anos 60, 70 e 80 do século XX. Por fim, a terceira fase,

contemporânea, que se inicia nas últimas três décadas do século passado, chega até os dias atuais (NETTO e BRAZ, 2007, p. 192)¹⁸.

Não consiste em um dos objetivos deste trabalho traçar as diferenciações entre todas as fases do imperialismo, na medida em que, na hipótese aqui defendida, as características essenciais do capitalismo monopolista subsistem, sendo potencializadas em cada momento de seu desenvolvimento.

O que importa, fundamentalmente, é sinalizar que, enquanto etapa particular do imperialismo, a *financeirização* incorpora e desenvolve todo o potencial, nas palavras de Lênin, *parasitário e decompositor das relações sociais*, fusionando ainda mais o capital, com todas as tensões e contradições decorrentes desse processo. Assim, resta avançar para explicitar o que se entende como *financeirização*, caracterizar seus principais contornos e apontar como a tradição marxista, mais especificamente Marx e Lênin contribuem para a apreensão da etapa presente de desenvolvimento do imperialismo.

IV. A *financeirização* enquanto expressão do desenvolvimento do *capital financeiro*

A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares.

Karl Marx e Frederich Engels

A partir dos anos 70 do século XX o imperialismo ingressou em mais um período de crise. Esta, resultante do ingresso do capitalismo em mais um contexto de *superacumulação*, demandou iniciativas por parte do grande capital monopolista, das “instituições multilaterais de negociação” e dos principais Estados imperialistas no sentido de contrarrestar as tendências em curso, construindo alternativas às baixas *taxas de lucro*.

Essas alternativas materializam-se em determinados fenômenos potencializadores da barbárie imposta a um quantitativo gigantesco de homens e mulheres, a saber: no amplo processo de reestruturação produtiva, que tem acarretado mudanças tecnológicas e no padrão de gestão da força de trabalho – levando contingentes colossais de trabalhadores ao desemprego, ao sub-emprego e a formas precárias de trabalho; na liberalização e desregulamentação de todos os entraves à livre circulação do capital, implicando em um largo redimensionamento do Estado burguês e de suas atribuições; no agigantamento do setor de serviços que passou a se integrar e subordinar cada vez mais ao *capital financeiro*; e, por fim, na ampla mundialização do capital que, em escala global, e

¹⁸ Essa tentativa de periodização, como afirmam Netto e Braz, *é puramente indicativa*, pois, por maiores que sejam as diferenças encontradas nas fases distintas de desenvolvimento do capitalismo *sob a égide dos monopólios*, o imperialismo, suas determinações e suas contradições, seguem vigentes até os dias atuais (NETTO e BRAZ, 2007, p. 192).

ancorado em tecnologias comunicacionais de ponta, encontra-se apto a buscar as formas e regiões mais cômodas à acumulação.

Todavia, o período ulterior não registrou a retomada de *taxas de lucro* nas proporções elevadas do auge das fases *clássica* e *tardia* do *imperialismo*. Nesse sentido, como bem demonstrou Marx, diante do dilema de produzir com taxas cada vez mais inferiores de lucro, os capitalistas preferem não produzir. Diante disso, magnitudes crescentes de *capital monetário* imobilizados buscaram alternativas à produção direta de valores (NETTO e BRAZ, 2007, p. 231).

Assim, as burguesias das principais nações imperialistas passaram a construir uma grande estrutura internacional baseada na convergência de três eixos: 1) aprofundamento de todo o conjunto das relações monopolistas, tal qual trabalhado anteriormente, com o aumento das exigências de extração de mais valia; 2) ampliação do crédito e dos mecanismos de apropriação de mais valia social na forma de *capital portador de juros*; 3) alargamento dos instrumentos de centralização de capital, de “produção” de *capital fictício* e de “rentabilidade parasitária”. À conjunção desses fenômenos, que se articulam sob a batuta do *capital financeiro*, tal qual descrito por Lênin, este trabalho designa *financeirização*.

Assim:

a financeirização do capitalismo deve-se a que as transformações financeiras (isto é: as operações situadas na esfera da circulação) tornaram-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores – tornaram-se predominantemente especulativas. Os rentistas e os possuidores de capital fictício (ações, cotas de fundos de investimentos, títulos de dívidas públicas) extraem ganhos sobre valores frequentemente imaginários (NETTO e BRAZ, 2007, p. 232).

Na abordagem apologética, que obviamente não é a dos autores aqui trabalhados, a “hipertrofia das operações financeiras” – expressas principalmente pelos eixos dois e três acima elencados – aparece como um estágio mais elevado do capitalismo em que o dinheiro adquire o dom de fazer mais dinheiro, sem passar pela mediação da produção. O equívoco dessa abordagem está em não perceber que essa pretensa autonomia das finanças é apenas produto de análises de caráter epidérmico, aprisionadas pela *forma externa* dessas relações.

A autonomia não pode ser nunca nada mais do que relativa, conforme demonstrado por Marx. O que ela obscurece é que todos os agentes que patrocinam a especulação ou outras ações que não excedem o campo da circulação, não extrapolam o escopo do *capital financeiro* que, mais do que no início do século XX, conforme Lênin já retratara (1987, p. 98 e seguintes), opera nas diversas formas em que se apresenta o capital, onde e como se configuram as melhores condições de acumulação e centralização de capital.

Já no século XIX Marx, como foi destacado anteriormente, denunciava o absurdo dessa perspectiva, que não consegue superar a aparência dos fenômenos:

Exatamente porque a figura monetária do valor é sua forma autônoma, palpável, de manifestação, a forma da circulação D... D', cujo ponto de partida e ponto de chegada é o dinheiro real, expressa de modo mais palpável o motivo condutor da produção capitalista – o fazer dinheiro. O processo de produção aparece apenas como elo inevitável, como mal necessário, tendo em vista fazer dinheiro. Todas as nações de produção capitalista são, por isso, periodicamente assaltadas pela vertigem de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção (MARX, 1985, p. 44).

Se a *forma externa* não possibilita extrapolar o campo da aparência, sendo a realização do ciclo D-D' um devaneio da lógica fetichizada do capital, a *financeirização* só pode ser produto de ações do capital que, por mais que explorem todos os instrumentos possíveis e, até então, imagináveis de criação de *capital fictício*, não se autonomizam em relação à produção. Mesmo se esforçando muito para alcançar a independência, as quebradeiras da recente etapa da crise do capital, apontam que, de tempos em tempos, a *lei do valor* se impõe e cobra um pesado preço, que burguesia e governos insistem em repassar à classe trabalhadora.

Nesse contexto, a alimentação da *financeirização* só pode estar intimamente ligada à ampliação de todas as formas de extração de mais valia e de sucção de valores gerados por outros capitais em todas as regiões do globo. Para isso, o controle cada vez mais centralizado e monopolizado da produção e da circulação de mercadorias possibilitado pelo *capital financeiro* se afirma como o principal instrumento de organização do capital para que, além de ampliar a exploração do trabalho, otimizando a produção de mais valia, o *capital monopolista* assegure a centralização de capitais na órbita da circulação, a dilapidação do fundo público e a expropriação de setores não-monopolizados.

Essas demandas acirraram a pressão sobre as mudanças no que alguns autores denominam mundo do trabalho (ANTUNES, 1999). Iniciada ainda nos anos 70 do século XX, exatamente no mesmo período em que se gestam as iniciativas que redundariam no ingresso na fase atual do imperialismo, uma ampla reestruturação produtiva está em curso. Mudanças tecnológicas e gerenciais, principalmente no plano da comunicação, integram cadeias de produção e circulação de mercadorias e serviços; submetem setores não produtivos à organização tipo industrial do trabalho: ampliam a capacidade do capital extrair mais valia; precarizam ainda mais as condições de vida e trabalho de bilhões de seres humanos: empurram outros para formas de trabalho pré-capitalista; e submetem ainda mais o globo terrestre ao apetite insaciável do *capital financeiro*.

Por outro lado, Estados imperialistas e seus representantes “multilaterais” aplainam os caminhos da marcha da *financeirização*. O cerne de sua ação se dá na direção do exercício virulento

do poderio militar – apoiado nos crescentes gastos com a indústria bélica¹⁹ –; da imposição, no centro e na periferia do sistema, de medidas de desregulamentação de todas as formas de controle sobre o capital; da utilização do fundo público e, em especial da dívida pública, para alimentar as expressões do *capital fictício*; dos ataques constantes e ininterruptos aos trabalhadores.

Desde o início dos anos 80 do século passado, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e outras instituições internacionais têm recomendado uma série de medidas denominadas de Pacotes de Ajuste Econômico, que pavimentaram o caminho para o ingresso na *financeirização*. Essas medidas consistem em desregulamentação econômica, desconstrução de direitos e de todas as formas de proteção social, privatizações, implementação de planos de “socorro e saneamento” do sistema financeiro – que mais tarde se celebrizaram com o nome de *Consenso de Washington* – foram estratégicas para a generalização do imperialismo contemporâneo.

No entanto, resta uma questão: quem são os beneficiários desse processo?

[...] bancos, mas sobretudo as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os *Mutual Funds*), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. Os investidores institucionais tornaram-se, por intermédio dos mercados financeiros, os proprietários dos grupos: proprietários-acionários de um modo particular que têm estratégias desconhecidas de exigências da produção industrial e muito agressivas no plano do emprego e dos salários (CHESNAIS, 2001, p. 8).

Esses operadores internacionais da *financeirização* são o sistema nervoso central da nova etapa do imperialismo. A partir de suas decisões e demandas se constituiu esse estágio do imperialismo. Fundamentado em seus interesses é que se intensificaram todas as formas de produção do *capital fictício*.

Na condição de possuidores de gigantescas massas de *capital monetário*, essas organizações se tornaram praticamente onipresentes, operando em todas as formas do capital. Por um lado, estão diretamente ligadas ao aumento da concorrência capitalista, elevando os investimentos no desenvolvimento da base técnica, ativando a produção de cada vez mais mais valia, com cada vez menos trabalho vivo. Por outro, são responsáveis pelo parasitismo crescente, que apenas punciona riqueza produzida por outrem. Em todos os momentos, entretanto, agem na produção e circulação

¹⁹ Os gastos mundiais em “defesa” bateram, em 2006, a casa dos US\$ 1,2 trilhão. Um pouco mais da metade disso correspondia ao orçamento do governo norte-americano. A previsão era de que, em 2010, os gastos militares de Washington ultrapassassem os US\$ 680 bilhões. C.f.: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2009/12/19/ult34u228768.jhtm>; <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u303492.shtml>

de mercadorias, no crédito e na forma de *capital portador de juros* e na criação de “inovações” que, dentre outras coisas, produzem bolhas especulativas.

O resultado de sua ação é o ingresso do imperialismo na etapa da *financeirização*, que agrava as contradições e pressões impostas pelo *capital portador de juros* e pelo *capital fictício* e amplia a interpenetração das diferentes formas do capital, concluindo sua fusão e tornando praticamente impossível, salvo casos cada vez mais raros, identificar as formas autônomas que Marx ainda encontrava em seu tempo. Ela eleva o *capital financeiro* a um patamar ainda mais integrado do que o da época de Lênin, tornando-se uma gigantesca massa de recursos sociais de produção na forma de *capital monetário*, concentrado e ao mesmo tempo difuso, que controla e organiza de forma monopolista a produção, a circulação e a criação de *capital fictício*.

Finalmente, para reforçar ainda mais a relevância da categoria *capital financeiro*. Cabe registrar uma interessante investigação recentemente tornada pública. Em estudo publicado no último mês de setembro (STEFANIA; GLATTFELDER; e BATISTON, 2011), três matemáticos da área de sistemas complexos do Instituto Federal de Tecnologia de Lousane, na Suíça, comprovaram empiricamente algo que analistas – não apenas, mas principalmente – da tradição marxista já sinalizavam: um número reduzidíssimo de empresas, sempre em íntima relação com o setor bancário, controla parte significativa do fluxo mundial de riquezas.

Na tentativa de entender os elementos que propagação da crise mundial de 2008, os autores analisaram as relações entre 37 milhões de empresas e investidores. Ao longo do trabalho, identificaram 43.060 que, por meio das sociedades por ações, constituem uma verdadeira rede de relações capitalistas em escala planetária.

Os pesquisadores do Instituto de Lousane foram além e perceberam que um refinamento maior dos dados possibilitava que 1.318 dessas grandes empresas transnacionais (ETNs), conforme denominam, mantêm uma conexão com, em média, 20 outras. E é aí que a constatação dos matemáticos começa a fornecer pistas sobre a relevância da categoria *capital financeiro*: embora controlem apenas 20% das receitas do comércio mundial, essas 1.318 instituições controlam a maior parte das ações das demais ETNs, o que lhes possibilita comandar 60% das transações comerciais realizadas no mundo.

Entretanto, o estudo não parou por aí. Ao mergulhar um pouco mais fundo, os autores terminaram por constatar que é possível apontar um número ridiculamente reduzido de gigantesca corporações, exatamente 147, com relações inseparáveis com instituições de intermediação financeira (bancos, fundos de pensão e de investimento mútuo, grandes seguradoras etc.) que controlam 40% da riqueza total sob controle das 1.318. Isso significa que menos de um por cento das ETNs controla 40 por cento da riqueza produzida e comerciada pela rede inteira!

Os autores apontam que as empresas que compõem o núcleo duro dessa gigantesca rede de controle capitalista podem até estabelecer competição entre si, mas, no conjunto, agem intencionalmente a partir de interesses comuns, o que lhes possibilita um patamar de controle econômico e político supranacional.

Essa realidade traduz em números aquilo que a tradição marxista já havia identificado na passagem do século XIX para o XX, ou seja, o ingresso do capitalismo em sua fase monopolista e a fusão das diversas formas do capital sob uma nova síntese, o *capital financeiro*.

V. Considerações finais

Já no início do século XX, Lênin detectou que a fusão do grande capital industrial (em termos diversos dos de Marx) e do *grande capital bancário*, sob a égide dos monopólios, permitia a esse capital se movimentar nas distintas formas do capital e em diferentes regiões, sempre em busca das condições mais atrativas para a concentração e para a sua centralização. Seja atuando na produção, extraindo diretamente mais valia, perseguindo *superlucros*, na forma *capital portador de juros* (e sua derivação, *capital fictício*), no controle de preços e mercados ou na pilhagem do fundo público (LÊNIN, 1987, p. 52 e 53), o *capital financeiro* – ainda que de forma mais modesta – já operava em larga escala com mecanismos que ganharam proporções gigantescas na atualidade.

O período de *superacumulação* em que o capital ingressou no final do século XX, demandou uma reorganização do capitalismo. Por meio da superexploração da força de trabalho e da expropriação ainda mais radical e nefasta das populações do centro e da periferia do modo de produção, da fusão e interpenetração ainda maiores de capitais; de investimentos em bolsas de valores, derivativos, títulos das dívidas pública e privada, especulação cambial, com todos os tipos de ativos financeiros; de ajustes econômicos de corte neoclássico etc., esse capital, que se mantém, aparentemente sob a forma dinheiro, procura se “valorizar”, “suprimindo” a mediação da produção. É pertinente tornar a destacar que essa é apenas a forma mistificada por meio da qual o fenômeno se apresenta. Na verdade o *capital financeiro* opera todas essas funções, formas e instrumentos em benefício do grande capital monopolista.

Esse vetor “desenvolvimento” tem dramáticos impactos sobre o conjunto do modo de produção, complexificando e ampliando em todas as dimensões as contradições capitalistas, sobretudo àquelas impostas pela sua fase imperialista, e seus bárbaros impactos sobre a classe trabalhadora. Isto porque a arquitetura e os principais instrumentos criados para assegurar a demanda por acumulação e a “rentabilidade parasitária” do capital repõem, atualizam e ampliam – em uma proporção sem precedentes – os mecanismos de punção de *mais-valia* expressos na

categoria marxiana *capital portador de juros* e nas *relações* imperialistas, como apreendidas por Lênin.

Isso acarreta o recrudescimento de formas de produção e apropriação de mais valia, de desregulamentação do trabalho e de proteções sociais, de privatização de direitos e de setores estratégicos da economia etc., tudo orientado pelo apetite voraz de operadores de um sistema financeiro mundializado, sob os auspícios das principais potências imperialistas, do FMI, do BIRD e da OMC, e a serviço do *capital financeiro*.

Longe de ser algo dado à observação, as determinações que incidem sobre a *financeirização* e os fatores que viabilizam sua existência demandam muito mais esforço de reflexão coletiva. Os mecanismos que asseguram a reprodução do capitalismo com taxas tão elevadas de riqueza fictícia merecem especial atenção. A relação que isso estabelece com o fundo público ainda precisa ser melhor esclarecida. De qualquer forma, como o fundo público é formado por punção em mais valia social e no salário dos trabalhadores, já fica indicado sobre quem recai o peso da *financeirização*.

VI. Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Acumulação capitalista, fundo público e política social**. Em: BOSCHETTI, I; BEHRING, E; SANTOS, S & MIOTO, R (org). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

Brasil de Fato – Ano 7 – Número 339 – Julho/2009.

BRETTAS, Tatiana. **Financeirização do capital e fundo público**. Anais do XII ENPESS. Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010.

CARCANHOLO, Reinaldo e NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. Mimeo, s.d.

CHESNAIS, François (Org.) **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações e conseqüências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Até onde irá a crise financeira?** Primeiro dossiê de textos marxistas sobre a crise mundial – Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano – Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 2008. Disponível em http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/dossie_crise.pdf

_____. **A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense**. Em: _____ (et al.). Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **Mundialização: o capital financeiro no comando.** Outubro: revista do Instituto de Estudos Socialistas – Número 5 – 2001.

FONTES, Virgínia. **Notas para o estudo do imperialismo contemporâneo: Marx, capital monetário e capital funcionante.** Mimeo, 2007.

_____. **O Brasil-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.

GRANEMANN, Sara. **Capital financeiro e monetarização das políticas sociais.** Anais do XII ENPESS. Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010.

_____. **Para uma interpretação marxista da “previdência privada”.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: CIA das Letras, 1995.

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2009/12/19/ult34u228768.jhtm> (Acesso em 10/11/2010).

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u303492.shtml> (Acesso em 10/11/2010).

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18798&boletim_id=1038&componente_id=16627 (Acesso em 30/10/2011).

ISTOÉ – Ano 31 – Número 1995 – 30/01/2008.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo, fase superior do capitalismo.** 5ª ed., São Paulo: Global, 1987.

LUKÁCS, Georg. **Coleção Grandes Cientistas Sociais,** São Paulo: Ática, 1981.

LUPATINI, Márcio. **Crise do capital e dívida pública.** Anais do XII ENPESS. Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital.** 17ª ed., Livro I, Vol. 1, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1999.

_____. **O capital: crítica da economia política – o processo de circulação do capital.** Livro II, Vol. 3. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O capital: crítica da economia política – o processo global de produção capitalista.** Livro III, Tomo 1. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

_____. **O capital: crítica da economia política – o processo global de produção capitalista.** Livro III, Vol. V. 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. **O capital: crítica da economia política – o processo global de produção capitalista.** Livro III, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.

_____ e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 2ªed., São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Rodrigo Marcelino da. **Capital portador de juros, capital financeiro e financeirização - a contribuição dos clássicos da tradição marxista para a compreensão do capitalismo contemporâneo.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – 2011.

STEFANIA, Vitali; GLATTFELDER, James B.; e BATISTON, Stefano. **The network of global corporate control.** Disponível em: <http://arxiv.org/PS_cache/arxiv/pdf/1107/1107.5728v2.pdf>.